

MILITÃO, Maria Nadir de Sales do Amaral. **Novos Rumos para o Ensino Técnico: Impactos e Perspectivas – O Caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET- MG.** São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP, 1998. (Doutorado em Serviço Social); 273 páginas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Carmo Brant de Carvalho

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a polêmica estabelecida sobre os novos rumos para a Educação Profissional, promovida pela recente política governamental para a qualificação e requalificação do trabalhador e problematizá-la. O ensino técnico do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, o escolhido como campo de pesquisa, representa, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o principal centro formador de técnicos industriais do Estado. A pesquisa realizada teve como contraponto um Projeto de Lei (1603/96), retirado do Congresso em fins de 1996, um Decreto (2208/97) que regulamenta a política para a Educação Profissional e uma Portaria (646/97) para regulamentar a implantação. O Governo, com sua política para a Educação Profissional, celebrada entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, articulada pelas respectivas secretarias, Secretaria do Ensino Médio e Tecnológico (SEMTEC-MEC) e Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR-MTb), pretende: democratização do ensino técnico pelo aumento de vagas; ensino técnico desvinculado do segundo grau, sendo ministrado de forma seqüencial ou paralela ao ensino médio; flexibilidade da educação profissional, com a organização curricular sendo feita através de módulos; prevalência de cursos pós-secundários nas Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFETs); incentivo às parcerias com o setor privado. Esta investigação constatou: o Banco Mundial é a “matriz conceitual” para as reformas dos sistemas educacionais dos países em desenvolvimento; o financiamento se dará através de parcerias, levando a uma progressiva desobrigação do Estado com as instituições públicas de ensino; comprometimento da autonomia de gestão administrativa das IFETs, através dos novos conselhos de ensino e de administração, comprometimento também da autonomia didático-pedagógica, submetendo-se a educação tecnológica aos interesses de setores privados; acirramento à dualidade do sistema educacional; formação profissional para a empregabilidade numa visão linear entre formação de

recursos humanos e emprego; concepção da educação inerente à política, de treinamento, de adestramento. Enfim, trata-se de um projeto autoritário, significando um retrocesso na democratização das IFETs.